



AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA E DE MATEMÁTICA DO ENSINO MÉDIO EM UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – MS

Cristiane Borges da Cunha¹

Este resumo propõe o estudo do recorte da pesquisa de mestrado em andamento desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Área de Concentração: Organização do Trabalho Didático, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande – MS, cujo objetivo visa investigar e analisar as condições de trabalho dos professores de Língua Portuguesa e Matemática, do Ensino Médio, em uma das escolas da Rede Estadual de Ensino, do município de Campo Grande/ MS, após a implementação da Lei n. 13.415/2017. Essa altera, dentre outras leis, a LDB n. 9.394/96, mais especificamente as políticas voltadas ao ensino médio, última etapa da educação básica. Uma de suas mudanças mais significativas, diz respeito à carga horária máxima estabelecida pela Lei Federal (13.415/17) para a Formação Geral Básica, o que promoveu a redução da carga horária supressão dos componentes curriculares, posto que determina que a carga horária máxima para a Formação Geral Básica deve ser de 1.800 horas, enquanto que os Itinerários Formativos têm carga mínima de 1.200 horas, de forma que cada Unidade Federada teve que se organizar para iniciar a implantação do disposto na referida Lei, obrigatoriamente até 2022. No Estado de Mato Grosso do Sul, em 2021, foi implantada a Resolução SED n. 3.808/20, que já contemplava dispositivos da Lei n. 13.415/27, no entanto, por meio da Resolução SED n. 3.955/21, operacionalizada em 2022, foi que, de fato, se deu o início da reforma do ensino médio de modo mais extensivo. Destaca-se que o referido Estado optou por manter todos os componentes curriculares, ou seja, além dos obrigatórios Língua Portuguesa e Matemática, também permaneceram, os de História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Química, Física, Biologia, Educação Física, Arte e Língua Inglesa, nos três anos que compõem a etapa. Nesse sentido, o trabalho averigua a hipótese de que tais alterações não passaram incólumes no trabalho dos docentes em face de seus exercícios laborais. Incluindo o fato de que muitos professores passaram a ser lotados fora de seu objeto de concurso. Sob essa égide, analisar-se-á, por método materialista histórico dialético que utilizará como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e pesquisa de campo, por meio do estudo de caso da realidade de uma Escola da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, como tais professores foram impactados. O trabalho deter-se-á no exame do questionário aplicado aos professores que ocupam as cadeiras de Língua Portuguesa e Matemática, na realidade de uma unidade escolar, com o objetivo de evidenciar até que ponto as Leis alteraram as condições de trabalho dos docentes, a partir de um cenário local, e tecer reflexões acerca dos princípios norteadores que regem o trabalho do educador. Para tanto, o aporte teórico deste trabalho volta-

¹ Acadêmica do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Área de Concentração: Organização do Trabalho Didático, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande – MS.



se, basicamente, para os postulados da educação, no que tange ao fazer docente, além de considerar as leis federativas e resoluções estaduais, bem como as possíveis relações existentes entre elas e o labor dos docentes.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais; Reformas do Ensino Médio; Condições do trabalho docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394/ 96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf. Acesso em 11 out. 2021.

BRASIL. Lei n.13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário da União, 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em 5 out. 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação básica no Brasil.** *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, set. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Hj6wG6H4g8q4LLXBcnxRcxD/?lang=pt&format=pdf>. Consultado em 21 de out de 2022.

FERRETI, C. J.; SILVA, M. R. **Reforma do Ensino Médio no contexto da Medida Provisória nº 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia.** *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 139, p. 385-404, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/es0101-73302017176607>. Consultado em 24 de out. 2022.

MARX, K. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital.** Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf. Consultado em 30 de out. 2022.

MATO GROSSO DO SUL. **Resolução SED nº 3.808**, de 15 de dezembro de 2020. Dispõe sobre a organização curricular do Ensino Médio em Tempo Integral para as escolas do Programa de Educação em Tempo Integral, denominado “Escola da Autoria”, da 115 Rede



Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Diário Oficial Eletrônico nº 10.354 17 de dezembro de 2020. Campo Grande, Diário oficial de Mato Grosso do Sul, 2020.

MATO GROSSO DO SUL. **Resolução SED nº 3.955**, de 15 de dezembro de 2021. Dispõe sobre a organização curricular e o regime escolar do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nas escolas e centros da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Campo Grande, Diário Oficial de Mato Grosso do Sul, 2021.

MATO GROSSO DO SUL. **Resolução SED nº 3.994**, de 24 de janeiro de 2022. Dispõe sobre a lotação do Profissional da Educação Básica, ocupante do cargo de professor, e a atribuição de aulas no âmbito da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Campo Grande, Diário oficial de Mato Grosso do Sul, 2022.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Ed. Boitempo, 2008.

SAVIANI, Dermeval e Duarte, Newton. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012.